

PAINEL III

O PAPEL DO NORDESTE NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Presidente:

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Assessor da Presidência do Banco do Nordeste.

Expositores:

Werner Baer – Professor de Economia da Universidade de Illinois (EUA), Ph.D. em Economia pela Universidade Harvard (EUA), professor visitante da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e autor de vários livros sobre a economia brasileira.

Simão Davi Silber – Ph.D. pela Universidade de Yale (EUA) e diretor presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE-USP).

]

Marcelo Côrtes Neri – Ph.D. em Economia pela Universidade de Princeton (EUA) e chefe de Centro de Políticas Sociais, vinculado ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV).

Adriano Sarquis

Boa tarde. Antes de passar a palavra aos professores, gostaria de apresentar duas explicações, até para atender, talvez, a uma curiosidade de vocês, sobre o fato de que todos os professores que vão falar do Nordeste são de fora da Região. O primeiro aspecto é que o Banco, hoje, tem um relacionamento muito forte em nível das universidades regionais e dos centros de economia. Sempre temos feito seminários, temos feito discussões, e de certo modo conhecemos bem as idéias que os centros locais vêm colocando e essas idéias já têm sido internalizadas pelo Banco. O segundo aspecto é que há uma motivação do Banco no sentido de nacionalizar a questão regional; a discussão do desenvolvimento regional não se situa simplesmente no âmbito regional. Daí por que tivemos essa preocupação de trazer pessoas de fora, como uma motivação para iniciar esse processo de nacionalizar a discussão de política regional. Iniciando as exposições, passo a palavra ao professor Werner Baer, que terá 20 minutos para sua apresentação.

Werner Baer

É um grande prazer estar aqui. Quando fui convidado para fazer algumas observações sobre o papel do Nordeste dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento, achei que esse era um desafio muito grande, porque, francamente, não sei qual deveria ser exatamente o papel do Nordeste numa estratégia de desenvolvimento do País inteiro.

Refletindo um pouco sobre o que aconteceu no último século, minha observação é que o Nordeste nunca foi, desde o século XIX, o centro de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Basicamente, o Nordeste sempre ficou atrás do resto do País, e somente durante algumas crises, ou por causa de algumas pressões políticas, houve uma tentativa de redistribuir parte da renda nacional para o Nordeste, de uma maneira muito mais assistencial.

A meu ver, a percepção geral que muitos brasileiros de fora da Região têm do Nordeste é que há o que nós chamamos em inglês de *trade-off* entre eficiência e equidade; e esse *trade-off* entre eficiência e equidade existe também dentro da Região. Cada vez que há uma política de redistribuição regional, parece-me que os sulistas consideram isso um sacrifício, entre aspas, que têm que fazer em nome de equidade. Então, essa é a visão relativamente negativa ou pessimista que tenho do papel do Nordeste.

Mas eu gostaria de fazer algumas provocações. A primeira é que para desenvolver qualquer região você precisa, naturalmente, aumentar os gastos de infra-estrutura: é necessário o crescimento de transportes, de geração e distribuição de eletricidade, de modernização de portos, de modernização das telecomunicações, etc. Não há dúvida de que houve no passado muitos gastos dessa natureza no Nordeste do Brasil. Mas me parece que hoje em dia a estratégia do Brasil é uma estratégia de integração do País dentro do Mercosul; de um Mercosul que existe agora e um Mercosul que vai se expandir. E parece-me que a lógica dessa estratégia implica gastos muito maiores de infra-estrutura no Centro-Sul do País do que no Nordeste. Agora, parece-me que a estratégia do Mercosul, da integração, é uma coisa que não vai beneficiar o Nordeste.

Também, só alinhando ligeiramente, no último plano plurianual, é interessante notar, o Governo pretende ter 54% dos seus gastos no Nordeste em infra-estrutura social

e assistencial e somente 22% em infra-estrutura econômica. Se você olha para o Sul, é exatamente o contrário.

No processo de industrialização, o Nordeste teve basicamente papel secundário. Nós todos sabemos – nossos estudos indicam – que na industrialização do passado o Nordeste foi sacrificado; sofreu e transferiu recursos dessa região para o Sul. Depois houve, por razões políticas, uma pressão de redistribuir a indústria. Através de planos de incentivos fiscais e creditícios, nas décadas de 60 e 70, houve uma tentativa de industrializar o Nordeste. Mas infelizmente essa industrialização só ocorreu basicamente em Salvador, Recife e um pouco aqui no Ceará, significando uma concentração regional, dentro do Nordeste, nessas duas cidades. E, também, o que é óbvio em vários estudos é que a repercussão dessa industrialização dentro da Região foi mínima. Os insumos, em sua maioria, chegaram do Sul do País; e a maioria da produção de Salvador e Recife foi exportada para o resto do País. Então, a repercussão dessa industrialização artificial foi relativamente pequena.

É verdade que recentemente houve esse plano de construir a Ford em Salvador, e também se fala muito do calçado aqui no Nordeste que vem do Rio Grande do Sul. Não há dúvida de que essa é uma coisa que pode beneficiar a Região. Mas, mais uma vez eu pergunto: que percentagem dos investimentos na Grande Salvador, na indústria da Ford, vai repercutir sobre o resto do Nordeste? E do ponto de vista do calçado, o que é interessante é saber: qual o motivo que atrai os calçados para cá? São os salários baixos, com alta produtividade, ou basicamente incentivos fiscais?

Com relação à agricultura, você pode dizer que na agricultura da Zona da Mata nada mudou e nada ou pouco vai mudar a curto prazo. Mas, de outro lado, você tem alguns centros muito interessantes. Por exemplo, em Petrolina, a agricultura irrigada; em parte do oeste do Piauí e Maranhão, a revolução de grãos, etc. Acho que isso é uma contribuição muito benéfica à agricultura brasileira e também para as exportações. Mas, de outro lado, você também tem que perguntar: qual a repercussão no resto do Nordeste? É uma agricultura talvez um pouco intensiva de capital e talvez, do ponto de vista do emprego, de diminuir a miséria das massas, a contribuição pode ser muito reduzida. Vale a pena, pelo menos, estudar.

Quanto ao destino, a contribuição do Nordeste é em recursos naturais. Foram feitos grandes investimentos da Vale do Rio Doce em Carajás, grandes investimentos na petroquímica na Grande Salvador, mas qual o impacto no resto na Região? Parece-me também que os impactos verticais, para frente e para trás, dessa contribuição na exploração de recursos naturais são muito pequenos.

No turismo, naturalmente, as possibilidades são muito grandes. Em turismo, você tem o impacto de emprego, que pode ser muito maior do que essa agricultura moderna ou essa exploração de recursos naturais. Naturalmente, o que é necessário para aumentar o turismo, especialmente o turismo internacional, é diminuir os custos de transporte, que são altíssimos ainda. Também é uma realidade que poucos asiáticos, poucos europeus, poucos americanos virão ao Nordeste para, digamos, simplesmente gozar as belezas da Região, pois a distância é muito grande. Então, talvez vocês tenham que incluir o turismo dentro de uma rede de ecoturismo na América Latina, etc. Talvez vocês tenham que planejar de uma maneira muito mais ampla do que no passado. Também o turismo mais importante, em muitas partes da Europa, dos países desenvolvidos, é o turismo de eventos. São centros de convenções internacionais. Mais uma vez, eu acho que seria interessante ver até que ponto o Nordeste do Brasil pode contribuir nessa parte da indústria de turismo.

Mas para o turismo e para qualquer outro setor, o que se precisa muito, que se falou nessa conferência, até agora, é o desenvolvimento de capital humano. E outra coisa que

é muito interessante, em geral, é o fato de que o desenvolvimento não vai resultar da contribuição direta de muito emprego da indústria ou da agricultura. Se você der uma olhada – acho que falei isso no ano passado, na audiência aqui – , nos Estados Unidos mais do que 75% da população economicamente ativa está no setor de serviços. Na Europa é quase a mesma coisa, mais do que 70%. Quer dizer, numa sociedade que está se desenvolvendo, o setor serviços é o setor que vai absorver muita mão-de-obra, pois é o setor que requer muito mais capital humano do que qualquer outro setor da economia.

Então, a má distribuição de capital humano é também, dentro de uma economia que vai desenvolver o setor de serviços, uma coisa muito importante de se tomar em consideração no destino futuro dessa região. Uma outra coisa que é muito importante no capital humano, do ponto de vista do Nordeste, é que vocês têm universidade e talvez tenham programas para aumentar a qualidade do ensino secundário e primário; mas o grande problema do Nordeste, me parece, não é somente a criação do capital humano, mas também manter o capital humano no Nordeste; porque a oferta no Sul vai ser muito atraente, digamos, para os bons engenheiros, para os bons químicos formados aqui no Nordeste. Então, o negócio é saber se vocês vão gastar muito dinheiro em formar capital humano e não ter como segurar esse capital dentro dessa Região. Esse é um problema muito sério que vocês vão ter que enfrentar.

Qual é uma possível solução? Uma possível solução seria por meio de incentivos fiscais. Por exemplo, que um engenheiro que fique no Nordeste só pague a metade do imposto de renda que ele vai pagar em São Paulo; essa é uma possibilidade. Em outras palavras, algum tipo de incentivo, talvez, para segurar o capital humano nessa Região.

Finalmente, a coisa importante que eu quero dizer é que eu acredito que o mercado é concentrador. Sem a interferência do governo, o mercado é concentrador do ponto de vista de renda e de distribuição de renda regional; e me parece, por isso, que no mundo neoliberal, se a interpretação do mundo neoliberal é que tem que haver uma saída do governo, e que o mercado deveria dominar a alocação de recursos, o Nordeste vai ficar muito prejudicado.

Parece-me que isso também está ligado com a privatização. A privatização, estou convencido, está aumentando a concentração da distribuição não somente da renda mas também do patrimônio em grupos tradicionais brasileiros, que estão aumentando seu poder, e em grupos estrangeiros que também estão adquirindo empresas estatais ou concessões, digamos. Então, com o aumento da privatização, essas novas empresas privatizadas vão demitir centenas, milhares de trabalhadores. Isso é compreensível. Elas não estão no negócio de fazer trabalhos sociais. Os donos privados querem maximizar o lucro, isso é que eles têm que fazer para satisfazer os acionistas. Então, me parece que a privatização, não somente no Brasil mas no resto da América Latina, está diminuindo o emprego, está aumentando a concentração da renda, está aumentando a concentração do patrimônio.

Parece-me que isso pode ser ainda pior no Nordeste, onde a distribuição de renda é um problema ainda maior do que no resto do País.

E, finalmente, especialmente falando aqui no Banco do Nordeste, acho que numa região atrasada é muito importante o banco estatal. Porque se você vai privatizar todos os bancos estatais, o Banco do Brasil e mesmo o Banco do Nordeste, acho que o perigo é que muitas pessoas vão abrir contas nos bancos no Nordeste, mas esses bancos privados vão fazer a maioria dos empréstimos no Sul, porque no Sul são muito maiores as possibilidades de obter uma taxa de retorno maior. Então, o que estou dizendo, basicamente, é que o papel do Estado é muito importante; e o papel dos políticos também é muito importante para, digamos, contrabalançar as forças do mercado.

E estou dizendo, com isso, que eu, pessoalmente, acho que uma guerra fiscal talvez seja uma coisa benéfica. Nós, nos Estados Unidos, temos guerra fiscal. Como eu falei aqui, no ano passado, o Sul dos Estados Unidos, que foi o nosso Nordeste, cresceu por causa da interferência do governo e dos políticos. O governo é que criou a TVA, *Tennessee Valley Authority*; os políticos é que forçaram uma grande concentração dos gastos militares no sul do País. E como eu falei a muitos dos meus amigos, a razão por que a Nasa está em Houston não é pela existência de grande número de bons astronautas naturais em Houston, mas basicamente porque o político Lyndon Johnson tinha um poder enorme e decidiu que em Houston seria localizada a Nasa.

Não sei se Pedro ainda está aqui, mas ele se queixou um pouco dos gastos terríveis na Embraer. Eu, como brasilianista, tenho grande orgulho da Embraer, que está conseguindo as vendas, etc. É verdade que tem muitos subsídios, mas a Air Bus está cheia de subsídios da França, da Alemanha, da França e da Grã Bretanha. A Boeing está vendendo porque a Importexport Bank dá crédito subsidiado. Então, é uma hipocrisia monumental dizermos que os nossos pecados vocês não devem repetir.

O que estou dizendo, basicamente, é que vocês precisam, no futuro, durante várias gerações, dos políticos e do Estado, para assegurar uma parte justa da renda que está sendo criada no desenvolvimento brasileiro. Essa é minha resposta ao título que foi dado: “O papel do Nordeste dentro de uma estratégia nacional”. Esse é o papel de vocês.

Adriano Sarquis

Agradeço ao professor Werner e lembro aos presentes que após essa mesa teremos o encerramento do encontro, com a entrega do Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, nas categorias profissional e universitária. Passaremos a palavra agora ao professor Simão Silber, da USP.

Simão Silber

Boa tarde senhores, muito obrigado pelo convite do Banco do Nordeste para discutir, dentro da estratégia brasileira, o papel do Nordeste. E antes de chegar nesse ponto, eu gostaria de recolocar, de uma maneira provocativa, algumas das discussões que foram feitas no dia de hoje aqui nesse fórum.

Foi dada uma ênfase, a meu ver, extremamente exagerada na globalização, para redefinição do papel de regiões no Brasil. A razão é muito simples. Para um país de dimensões continentais como o Brasil, por maior que venha a ser a inserção internacional, como é, por exemplo, a dos Estados Unidos, não se pode esperar daí a solução de todos os problemas. A participação das importações ou exportações nos Estados Unidos é 10 ou 12% do PIB. Portanto, querer arrumar os demônios para o Brasil, no mercado mundial, é um enorme exagero. Uma parcela substancial dos problemas que o País e as regiões enfrentaram, historicamente, são decorrentes de mazelas de políticas públicas, de desvios, de protecionismos exagerados. E hoje nós caímos num modismo de tal ordem que um analista econômico acidental, com dois eventos, explica qualquer coisa que possa ocorrer aqui no Brasil ou no mundo. Se você, de uma maneira razoavelmente superficial, utilizar a globalização e o El Nino, você explica qualquer coisa, qualquer fenômeno econômico: perdeu emprego, é a globalização; teve uma fuga de capital, é a globalização; ficou mais frio ou mais quente ou choveu, é o El Niño. Isso é muito precário e foge dramaticamente à essência dos problemas que uma sociedade como a nossa enfrenta.

No limiar desse novo século, para onde o mundo está indo, para onde o Brasil está pretendendo ir e que papel existe para uma região como o Nordeste? Claramente, a economia mundial ficou mais integrada, particularmente na última geração. Mas muitos economistas e historiadores que comparam o processo de internacionalização dos mercados acham que o que nós estamos tendo no começo do século XXI, em termos de internacionalização de mercados, é algo que já tinha sido atingido cem anos atrás. Portanto, vamos relativizar a internacionalização de mercados comerciais, porque aparentemente a OMC já esgotou, em espaços de tempo relativamente rápidos, fazer aberturas adicionais de mercados para fins comerciais.

A integração financeira avançou rapidamente; mas, com a última turbulência dos últimos cinco anos, muitos aplicadores estão revendo suas posições, o grau de risco está diminuindo, portanto não vai ser também uma ampliação tão dramática de uma grande roleta mundial de mercado financeiro.

Uma terceira coisa relevante no cenário mundial é a internacionalização da decisão de produção. Isso tem vindo a um ritmo mais rápido nos anos 90 e é um ponto de referência ao se olhar a trajetória que o Brasil pode estar trilhando. As maiores corporações estão desverticalizando seu processo produtivo, portanto eu colocaria mais uma vez a dúvida de fechamento de cadeias produtivas como algo competitivo ao se entrar no século XXI.

Finalmente, o quarto elemento-chave para quem olha o cenário mundial é que, talvez pelo esgotamento, pelo desânimo das negociações comerciais em nível de OMC, os blocos regionais adquirem um peso específico maior, significando que se está procurando escala não só em termos mundiais mas também em nível regional; e, portanto, um ponto de referência adicional para uma estratégia para quem quer participar do mundo é escolher nichos, segmentos, onde tamanho, onde competitividade, onde escala, tecnologia sejam relevantes em algum tipo de especialização internacional.

Dados esses quatro pontos, uma modesta abertura comercial em termos de avanços adicionais, um equilíbrio na expansão de mercado financeiro e ampliação de produção mais internacionalizada, com blocos regionais adicionais, o que é que se descortina em termos de Brasil, procurando um novo papel dentro do mundo em desenvolvimento? O Brasil é um caso peculiar (portanto, as regiões, de forma semelhante) de crescimento. Durante 60 anos, o Brasil conseguiu taxas de crescimento muito expressivas em nível mundial; de uma hora para outra, parou de crescer, e a turbulência macroeconômica e o isolamento exagerado da economia explicam esse resultado; depois de uma década de gestação, o País procura – e já faz exatamente 12 anos – um novo modelo econômico, que tem, de um lado, mais inserção internacional e estabilidade macroeconômica como eixos chaves. Isso procurando o quê? Esse dois elementos não são solução para nada. A grande solução é se o País volta a crescer. E essa, por enquanto, é a grande desilusão. O Brasil fez uma série de reformas que vão além da abertura e além do combate à inflação – nós avançamos razoavelmente na reforma do Estado –, mas espantosamente o País tem um crescimento muito modesto, muito abaixo do seu potencial.

O que é que poderia explicar uma década de reforma e baixo desempenho econômico? Eu diria que, basicamente, ter errado na mistura das políticas macroeconômicas, durante um certo número de anos; e a boa notícia é que, possivelmente no espaço de um ano e meio para cá, a correção de rota já é razoavelmente adequada.

O que emperrou, dramaticamente, a concorrência e a retomada de crescimento foi: juro errado e câmbio errado. Isso é uma unanimidade nacional. E nós temos hoje alguns sinais de que a taxa de câmbio é muito mais compatível com a possibilidade de o País

gradualmente voltar a exportar mais, voltar a definir, de uma maneira mais adequada, seu mix de produto, não ter um déficit externo explosivo. Em segundo lugar, uma taxa de juros pelo menos mais civilizada, ainda a dois dígitos em termos reais, não é adequada ao crescimento, e o que nós fizemos durante os anos 90 é uma tragédia do ponto de vista de crescimento econômico. Nenhum país consegue alavancar crescimento com uma taxa de juros no patamar que o Brasil experimentou em termos reais.

Portanto, talvez nós estejamos no limiar de políticas estruturalmente mais consistentes e políticas macroeconômicas mais adequadas. A política monetária, a política cambial, ela foi na direção correta; a política fiscal ainda tem muita coisa pela frente; e muito da competitividade que se pode ter na economia brasileira depende bastante da política fiscal, particularmente em função do sistema tributário brasileiro, que é um dos mais atrasados do mundo, sob qualquer aspecto: sob o aspecto de atrapalhar crescimento, de atrapalhar a distribuição de renda, de atrapalhar a geração de emprego.

Se o País conseguir avançar ainda mais na correção de rota que fez nos últimos 18 meses, o que se deve esperar, em termos de resultado de médio e longo prazo, é o País voltar a crescer. Voltar a crescer significa voltar a investir; para voltar a investir precisa voltar a poupar. Portanto, para isso, um papel de Estado é decisivo, alavancando poupança pública para investir em segmentos que são vitais para o desenvolvimento de longo prazo, com redução de disparidades pessoais e regionais, que é o investimento em educação. A grande prioridade é investimento em educação, a segunda grande prioridade é investimento em educação, a terceira grande prioridade é investimento em educação, a quarta, saúde. Mas, vamos dizer que a mistura de saúde e educação é o eixo, se você quiser atacar efetivamente as grandes disparidades regionais no Brasil.

O Governo teve um papel muito perverso na última geração. Ele foi um fator altamente decisivo na concentração de renda, desde a inflação e pelas políticas que beneficiaram uma minoria em detrimento da grande maioria. E o grande desafio é se a sociedade brasileira vai ter condições de se organizar adequadamente para fazer essa mudança de mix de política macroeconômica.

Para a região do Nordeste, em particular, dada a pujança de oportunidades de investimento, eu diria o seguinte: o Brasil dando certo, o Nordeste tem condições de dar muito mais certo ainda. Numa época em que as possibilidades de investimento podem ser muito grandes, as oportunidades do Nordeste em vários setores serão extremamente vantajosas para o setor privado. Não é algo que se vai obter em dois ou três anos, mas num espaço de meia década a uma década existe a possibilidade de se ter uma mudança muito significativa. Não acredito que seja com políticas muito específicas; deverão ser políticas mais gerais, que liberem dentro da sociedade brasileira, dentro da economia brasileira, uma especialização regional efetivamente calcada em vantagens comparativas. Mas com o papel do Estado em alguns investimentos sociais básicos. E o principal deles é a educação. Muito obrigado.

Adriano Sarquis

Para fechar a mesa, vamos ouvir agora o professor Marcelo Neri.

Marcelo Côrtes Neri

Em primeiro lugar, queria agradecer o convite, é uma honra para mim participar de uma mesa desse quilate. A minha exposição, nessa mesa sobre O Papel do Nordeste

dentro da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, vai ser “O Combate Sustentável à Pobreza”. Acho que se você pensar em combater a pobreza de maneira sustentável, necessariamente isso vai envolver prioritariamente o Nordeste; e isso, no longo prazo, acho que é a melhor estratégia de crescimento.

Então, para fazer o argumento do Nordeste, vou apresentar uma transparência que mostra um mapa da taxa de incidência de indigência nas mesorregiões brasileiras em 98, segundo a PNAD. No mapa, essas manchas mais escuras são as manchas de maior taxa de incidência de pobreza; e a gente vê que o Nordeste é uma mancha negra em termos de pobreza no Brasil. Então, se a gente quiser combater a pobreza no Brasil, a gente tem que realmente atacar a pobreza no Nordeste.

Acho que existe uma falsa questão, que se manteve no debate durante muitos anos, e é uma falácia que foi mencionada aqui várias vezes, com relação a crescimento. Por exemplo, estabilização: o País estabiliza, o País cresce, e no longo prazo a pobreza cai. Na verdade, tem uma relação muito mais direta, conforme confirmado por toda a moderna teoria de crescimento econômico – tem vários estudiosos aqui que podem falar até melhor do que eu sobre isso –, de que a melhor política para o crescimento é educação, educação, educação. Então, não existe conflito nenhum. E na verdade educação é um santo remédio, porque afeta tanto o crescimento como afeta a distribuição de renda.

Então, o que vou fazer aqui é apresentar uma visão mais esquemática, tentar organizar algumas idéias, sobre qual seria essa estratégia de combate à pobreza, combate sustentável à pobreza. Vou trabalhar com três trilógias de efeitos, para analisar políticas sociais e políticas de combate sustentável à pobreza.

A primeira trilogia, se você quiser avaliar uma política social, é que você tem que olhar primeiro para mobilização dos recursos; ou seja, fonte de recursos que você mobiliza para sua política social. Na verdade, no Brasil a gente mobiliza uma quantidade gigantesca de recursos; mais ou menos 21% do PIB brasileiro é devotado para a área social, então a gente não pode dizer que o Brasil gasta pouco na área social. Na verdade, no Nordeste esse número é acima de 30%, quando a média dos países latino-americanos é 10,8%. Assim, o Brasil está duas vezes acima da média latino-americana e o Nordeste está três vezes acima dessa média. Então, a gente não pode dizer que o Brasil ou o Nordeste gastam pouco na área social.

Existe um grande número de trabalhos recentes – porque na verdade essa é uma preocupação recente – sobre a focalização dos gastos sociais brasileiros. Nós, no Brasil, estamos muito atrasados no estudo da progressividade ou da regressividade dos gastos sociais; países latino-americanos como Colômbia e Chile estão anos-luz na nossa frente, nessa discussão, e só agora – acho até que com bastante intensidade – a gente vem recuperando esse terreno perdido. E, basicamente, o que a gente observa é que os gastos sociais brasileiros, embora em volume grande, são muito mal focalizados. Ou seja, os indivíduos não-pobres consomem grande parte desses recursos sociais.

O que acontece no caso brasileiro é que a classe alta, que se julga classe média, quer boa parte dos recursos sociais. Acho que, na verdade, a gente não sabe o que é pobreza no Brasil; o cidadão comum que se acha classe média na verdade é classe alta; se você tiver uma renda acima de mil reais por pessoa, em média, você está entre os 10% mais ricos do Brasil, aqueles que se apropriam de metade da renda nacional, e isso somos nós; então, nós somos elite nesse país, porque somos classe média. E essa classe alta que se julga a média quer que os recursos sociais, que deveriam se voltar para a classe pobre, se voltem para ela. Então, em qualquer análise sobre a grande maioria dos gastos sociais brasileiros, você vai observar que falta regressividade dos gastos. Por exemplo, despesas a título de aposentadoria, que consomem mais da metade dos gastos

sociais brasileiros: a distribuição de gastos de aposentadoria é tão concentrada quanto a distribuição de salários, que é famosa no mundo. O Brasil é um país de desigualdade de salários muito grande; os 10% mais ricos beneficiários da previdência tomam 48% dos recursos da previdência. Então, essa desigualdade, essa má focalização dos recursos, aparece em vários níveis.

Finalmente, um outro tipo de critério para avaliar política social – e vou centrar nesse último critério aqui – é a questão da durabilidade dos gastos sociais. Ou seja, quanto tempo eles duram? Em outras palavras: o Brasil destina 21% do PIB para gastos sociais, e isso vai deixar marcas no futuro ou vai ser uma coisa fugaz? Na verdade, o que tem me preocupado mais é se todo esse esforço social, que passa obviamente pelo esforço fiscal, por essa enorme carga fiscal a que os brasileiros estão submetidos, vai perdurar ou não. Nossa carga tributária é 30%, até um pouco mais, 32% do PIB, o que é bastante alto para padrões continentais. E acho que esse esforço que está sendo feito não vai perdurar muito, porque na verdade temos investido muito pouco nas gerações mais novas, temos investido muito pouco em educação.

Gasto em educação é investimento em capital humano, e nesse tipo de investimento, que é altamente bom para crescimento, para distribuição de renda, o Brasil gasta relativamente pouco; gasta na média do Continente, que é 4% do PIB em capital humano, em educação, mas esse gasto é muito mal distribuído. Enquanto isso, outros recursos que financiam basicamente consumo, como por exemplo gastos da previdência, tomam a metade. E o que é que gasto da previdência faz? Financia o consumo de determinados grupos etários. É meio duro dizer isso, mas a verdade é que a renda domiciliar *per capita* de uma pessoa acima de 60 anos no Brasil é o dobro da renda domiciliar *per capita* de uma pessoa abaixo de 15 anos. E o que me preocupa não é a questão corrente mas o que vai ser o futuro do País com esse tipo de financiamento da política social de gastos de consumo e não de investimentos.

Então, o que fazer? Acho que se tem que pensar em termos de um combate sustentável à pobreza. Obviamente esse é um nome que estou dando, mas várias pessoas estão trabalhando com isso.

O que é combate sustentável à pobreza? Passa por transferir recursos para as pessoas, transferir ativos para as pessoas, e menos transferir renda. Embora certos programas do tipo frentes de trabalho contra as secas possam ser vistos como ativos, isso é um seguro social. E o clichê associado a essas políticas de combate sustentável à pobreza é, em vez de dar o peixe, dar a vara de pescar, ou ensinar a pescar. Qual a vantagem desse tipo de políticas? É que você dá sustentabilidade, você isola melhor de ciclos político-eleitorais, você elimina a síndrome dependente-doador, que é comum em programas assistencialistas, que, como eu disse, consomem grande parte do orçamento social brasileiro, e você diminui outras distorções no sistema de incentivos. Muitas vezes a pessoa pode receber renda, se você retira a renda essas pessoas ficam em condição pior do que estavam antes. Você não resolve o problema, você simplesmente alivia o problema. Acho que esse tipo de política é importante, só que eu acho que é importante olhar no longo prazo.

Qual a desvantagem das políticas de reforço de ativos? É que exige complementaridade com outros ativos. Por exemplo, você dar até crédito para uma pessoa que tem muito pouca educação é complicado. O ideal é você dar crédito com capacitação, e isso é complicado, porque o processo de formação de capital humano demora tempo. Esse é o aspecto difícil que o Pedro Cavalcanti frisou: uma política de crescimento de combate à pobreza no longo prazo vai demorar tempo para surtir efeito. Então, esse é o problema. Então, que tipo de ativos seriam esses? Seriam três grandes categorias: capital físico, capital humano e capital social.

Capital físico é uma categoria bem ampla: por exemplo, ativos financeiros, bens duráveis, serviços públicos, terra, moradia. Capital humano abrange escolaridade, saúde, educação técnica, a própria experiência; e capital social, que é o que é difícil para os economistas trabalharem, é um conceito pouco tangível, mas compreende instituições, redes como cooperativas, associações comunitárias, etc. Esses são os tipos de ativos que podem ser reforçados por políticas públicas.

E qual o tipo de efeito que esses ativos podem ter sobre o nível de bem-estar? São três tipos de efeitos, dentro do objetivo de aumentar o bem-estar social sustentável. O primeiro é: efeitos diretos sobre o nível de bem-estar. Por exemplo, se você dá infraestrutura pública, se você dá moradia, você está suprimindo diretamente uma necessidade básica das pessoas, independente de aumentar ou não aumentar o bem-estar, a capacidade de geração de renda das pessoas.

O segundo tipo de efeito que a transferência de ativos pode ter, se for bem feita, é aumentar a capacidade de geração de renda das pessoas; e aqui vou explorar, na minha exposição, políticas de apoio aos microempresários, políticas de apoio ao capital humano, como parte dessa estratégia de combate sustentável à pobreza. Então, a idéia é: se você aumenta certos tipos de ativos, você aumenta a capacidade de geração de renda das pessoas de uma maneira mais permanente. Acho que a idéia do peixe *versus* a vara de pescar capta principalmente esse tipo de efeito, de geração de renda.

E o último efeito que os ativos podem ter, como forma de suprir os pobres com esse elenco de ativos, é no sentido de suavizar choques, suavizar consumo, permitir às pessoas suavizar melhor o seu consumo ao longo do tempo. Que tipo de políticas são essas que permitem amortecer o consumo? Por exemplo, você tem choques agregados na grande recessão, choques idiossincráticos, por exemplo, o chefe perdeu o emprego, tem o seguro-desemprego; ou a pessoa fica doente, tem o seguro saúde, ou no caso de um choque regional, uma seca grande, você tem um programa de frente de trabalho contra a seca que vai, atua rapidamente, e uma vez passada a seca ele se retira de cena. Acho que esse tipo de política tem sido pouco comum no Brasil, pois a gente tende muito mais a privilegiar políticas continuadas de transferência de renda, não políticas emergenciais; e acho que esse é um tipo mais interessante, que funciona como um seguro social. Então, esse terceiro tipo é suavização de consumo, envolvendo tanto amortecer choques como alavancar oportunidades através do crédito: microcrédito, crédito educacional.

Na minha exposição, como não tenho muito tempo, vou centrar em três tipos de experiências: políticas de apoio aos microempresários, capital humano, principalmente das crianças, e alguns dados sobre o que aconteceu no Nordeste na seca de 98. Acho que temos alguns resultados que eu, pelo menos, ainda não tinha percebido, e queria discutir com vocês o que pode estar por trás dos dados da PNAD de 98, quando comparada com as outras PNADs.

Só para ficar um pouco mais concreto: políticas de transferência de ativos, que aumentam diretamente o bem-estar das pessoas ou a geração de renda, podem ser, por exemplo, regularização fundiária, infraestrutura pública, educação e saúde básicas. Suavização de consumo, para amortecer choques, abrange seguro-desemprego, FGTS, programas de demissão voluntária, que, em vez de demitir sumariamente, como no caso de privatização, dão uma renda, um ativo, uma riqueza financeira para as pessoas montarem seus próprios negócios. Por exemplo, eu estava vendo que, no caso da Rede Ferroviária Federal, 75% dos funcionários públicos que foram demitidos se tornaram pequenos empreendedores. O único problema disso, se formos ver por esses exemplos aqui, é que são todos empregados formais. Ou seja: nossa rede de proteção social no Brasil, para empregados formais, é bastante boa em relação aos padrões continentais. O

problema é que esses não são os pobres. Acho que esse é que é o problema sério: os trabalhadores formais estão bem protegidos, pelo menos em comparação com outros países, mas falta rede de proteção social para os informais. Exemplos de suavização de consumo no sentido de antecipar um futuro, alavancar possibilidades futuras, são mecanismos de crédito do tipo crédito educativo, microcrédito, financiamento habitacional. Isso é algo que existe muito pouco no Brasil. Tradicionalmente, no Brasil, o crédito é um crédito de curto prazo, é um crédito de consumo e não crédito para investimento. Ou seja, o Brasil tem um sistema de crédito direto ao consumidor razoavelmente bem sofisticado, que atinge até os pobres, mas não é um crédito de produção. Obviamente, existe a experiência aqui do Banco do Nordeste, de microcrédito, que acho que é uma experiência fascinante, que precisa ser estudada. E finalmente, como geração de renda, repetindo um pouco, políticas de apoio microempresarial, treinamento, etc.

Vou dar aqui alguns exemplos desses três tipos de políticas que eu mencionei.

O primeiro tipo de exemplo que vou dar é ligado à acumulação de capital humano das crianças. Acho que o melhor indicador sobre o futuro de um país é a alocação do tempo das crianças, hoje. E esses indicadores no Brasil são muito ruins, mesmo quando comparados com outros países da América Latina. Tomando a média de 82 a 98, só nas regiões metropolitanas brasileiras, temos, por exemplo, a taxa de não-frequência escolar: 6,9% das crianças estão fora da escola; atraso escolar, que acho que é na verdade a grande chaga do sistema educacional brasileiro, é 60% (significa que 60% das crianças entre 10 e 15 anos estão mais de um ano atrasadas); trabalho infantil: 8,3% das crianças têm como principal atividade o trabalho infantil; e, finalmente, o último elemento, crianças que como principal atividade fazem trabalhos domésticos: 2,1%. É verdade que isso melhorou muito nos últimos anos.

A gente pode pensar que 6,9% de evasão escolar e 8,3% de trabalho infantil são mais ou menos coincidentes: a criança vai trabalhar, não tem tempo de ir para a escola. Na verdade, essa e uma série de outras idéias e impressões, *a priori*, que eu tinha e acho que a maioria das pessoas têm não se verificam. A gente vê que dois terços das crianças que trabalham frequentam a escola. Acho que tem uma série de mitos, de idéias, que quando a gente olha para os números eles consistentemente desafiam essas idéias. Então, a gente precisa olhar direito para os dados e acho que a gente tem bons dados para estudar e traçar políticas de aumento do capital humano das crianças, da sociedade.

Vou apresentar aqui alguns gráficos sobre a evolução desses indicadores ao longo do tempo. Eles melhoraram muito nos últimos 15 anos. É só uma hipótese, mas talvez isso esteja mais ligado até ao processo de democratização do País: os governos agora têm que prestar serviços, porque senão não são reeleitos. Então, talvez esse seja um dos benefícios da democracia. A gente vê, por exemplo, que o trabalho infantil cai bastante de 82 até agora, vem caindo já há muito tempo e não tem nenhuma mudança na tendência de queda. Num espaço de 15 anos, o trabalho infantil cai de 12 para 4%, e acho isso muito expressivo. A evasão escolar (crianças fora da escola) tem uma queda semelhante, de 12 para 4%, e aqui também a tendência não se altera ao longo do tempo. O que eu acho que tem caído muito nos últimos tempos é o atraso escolar: no começo era acima de 65% e agora é por volta de 43%. Então, é uma queda expressiva, de 65 para 43%, e que está em grande parte concentrada no período depois de 95. Isso pode ter a ver com políticas educacionais, certamente tem a ver com mudanças de critérios de aprovação, etc.

E como é que o Nordeste se situa nesse processo, nesse leque de políticas sociais? Eu, pelo menos, tinha uma imagem de que as crianças no Nordeste trabalham mais, vão menos à escola; mas, na verdade, os dados não mostram isso. Nessa tabela estão as

principais regiões metropolitanas, e São Paulo é a base de comparação. Aqui eu estou comparando crianças que têm todas as características iguais, num elenco de características: por exemplo, sexo, idade, se está ou não atrasado na escola, educação do pai, educação da mãe; então, são crianças iguais em todos esses aspectos, com exceção da região em que elas moram. E o que a gente vê é que a taxa de migração para o trabalho remunerado infantil, tanto doméstico quanto não doméstico, é menor nas regiões do Nordeste, especialmente em Recife e Salvador, em comparação com São Paulo. Então, a gente observa que as regiões mais ricas, como São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, têm mais trabalho infantil de ambas as formas do que as regiões metropolitanas do Nordeste. Então, é um certo mito que a gente tem de pensar que o trabalho infantil é algo ligado à pobreza, no sentido de que o pai põe o filho para trabalhar para completar a renda do domicílio. Isso é uma idéia que faz todo sentido, existem até algumas evidências internacionais que suportam essa idéia, mas no Brasil a gente tem várias evidências que não mostram isso. É verdade que tem um lado de demanda: nas famílias pobres o pai não encontra emprego, coloca o filho para trabalhar. Isso é um lado da questão. Mas tem outra questão que é a seguinte: será que o mercado atrai essas crianças? Será que essas crianças interessam ao mercado? Se o pai está tendo dificuldade de trabalhar, as crianças talvez tenham muito mais dificuldade do que os pais. Então, eu chamo a atenção para o fato de que, além de um lado de oferta, tem um lado de demanda.

Outro dado que eu quero mostrar para vocês é sobre atraso escolar, evasão escolar. Também é o mesmo exercício: estou comparando aqui crianças entre 10 e 15 anos que são exatamente iguais em todos os aspectos mencionados, com exceção da região em que moram. É um esforço para separar efeitos regionais de atributos individuais. Então, o que a gente observa? Observa-se que, em termos de evasão escolar, as crianças do Nordeste estão indo mais à escola do que as crianças das regiões metropolitanas do Sul e do Sudeste. Estamos falando de crianças iguais, com os mesmos atributos. Ou seja, a chance de uma criança em Salvador trabalhar, estar fora da escola, é três vezes menor que a de uma criança exatamente igual em São Paulo. Agora, o problema está no atraso escolar, na repetição de ano. Então, políticas que visem afetar não tanto a atratividade da escola, mas o desempenho da criança, dado que ela está na escola, talvez sejam políticas mais importantes em termos relativos para o Nordeste do que para outras regiões.

Isso é o que eu teria a dizer sobre a questão do trabalho infantil e a acumulação de capital humano por parte das crianças. Como eu disse, acho que as crianças são o principal indicador antecedente do futuro do País; e eu levantei um leque de indicadores sociais por faixa etária, e em todos os indicadores que eu olhei, as crianças são o segmento etário prioritariamente desprivilegiado do Brasil. Acho que isso é muito sério porque a longo prazo, se a gente olhar o processo de desenvolvimento, quem vai estar no País aqui vão ser essas crianças. Acho que no Brasil a gente desvia muito os recursos do futuro do País. Esse é um ponto que eu gostaria de abordar.

O segundo tipo de políticas de combate à pobreza como desenvolvimento são políticas de apoio aos que trabalham por conta própria, aos pequenos empresários. Aquele gráfico anterior mostrava as manchas de pobreza, este apresenta as manchas de “conta própria”. O dado é da PNAD, daí não é muito bom para a região Norte, porque na PNAD você não pega a área rural dessa região. Mas na região Nordeste, onde é possível captar áreas rurais e não rurais, a gente vê que as manchas mais escuras ou as segundo mais escuras são de trabalhadores por conta própria. E, na verdade, o principal estado de mercado de trabalho que explica a pobreza é o estado de “conta própria”. Cerca de 1/3 dos pobres estão em famílias chefiadas por trabalhadores na categoria de

“conta própria”. Este é o grande depositário de pobres, em termos de mercado de trabalho. Nenhuma ocupação ou mesmo desocupação, incluindo desemprego, inatividade, tem maior poder de explicar a pobreza do que os trabalhadores por conta própria. Então, puxando isso para o Nordeste, acho que políticas de apoio aos microempresários, aos conta própria, são fundamentais.

Na verdade, como foi citado anteriormente, toda a tradição de política industrial brasileira é uma política de beneficiar indústrias e de olhar pouco para o pequeno empresário, aquele que está no setor de serviços; e acho que, como política de combate à pobreza, esse segmento é muito importante, porque é aí que é o grande depositário de pobres. Para vocês terem uma idéia, se fosse feito um programa de transferência de renda que desse para cada desempregado exatamente o que ele precisa para chegar na linha de pobreza, a pobreza cairia de 33 para 30%. Só isso. Quer dizer, desemprego não explica pobreza; o que explica é qualidade do emprego e, principalmente, a qualidade do emprego, medida por renda, dos trabalhadores por conta própria. E aí acho que é importante – essa é uma linha de trabalho recente – ver o que é que determina o sucesso dos “conta própria”; o que determina o sucesso dos “conta própria” nordestinos, por exemplo, *versus* aqueles do Sudeste.

Então, vou fazer aqui um exercício semelhante ao feito com relação ao trabalho infantil e à evasão escolar. Minha medida de sucesso dos “conta própria” é o lucro. Isso é uma equação de lucro, a partir de uma série de variáveis, para comparar o lucro de homens que trabalham por conta própria no Nordeste e no Sudeste e cujas demais características são iguais. Eu queria chamar a atenção para três variáveis. Em primeiro lugar, a educação. O retorno da educação, ou seja, o lucro do “conta própria”, aumenta 8% por cada ano de estudo acumulado. Então, para aqueles que duvidam da capacidade da educação, em qualquer sentido de mercado de trabalho, o que posso dizer é que toda evidência que pude observar mostrou a relevância desse investimento, apesar das imperfeições do dado de educação, que só capta anos completos de estudo e não leva em conta, por exemplo, o atraso escolar, o tipo de escola e quantos anos a pessoa demorou para se formar. O retorno da educação no Brasil é 15% ao ano, em geral. O que significa isso? Significa que, para cada ano de estudo que a pessoa acumula, a renda sobe 15%. É difícil pensar qualquer investimento mais lucrativo para a sociedade do que o investimento em educação. E aqui no caso dos “conta própria” a gente confirma isso.

Outra variável que é importante aqui é a variável “fazer parte de cooperativa” (uma parte do capital social). E o que a gente observa é que fazer parte de cooperativa está positivamente correlacionado com lucro; obviamente, causalidade é difícil de ser defendida nesse caso, mas o lucro dos cooperativados, no Nordeste, é 52% maior do que o dos não-cooperativados. No Sudeste a diferença é 44%.

E a outra variável relevante é “ter dívida”. A pessoa ter dívida pendente está positivamente ou negativamente correlacionado com lucros? Está positivamente correlacionado com lucros.

Então – falando rapidamente, porque o tempo está se esgotando – , o segundo tipo de políticas que acho que seriam especialmente importantes para o Nordeste seriam políticas de apoio às atividades microempresariais.

E o terceiro tipo são políticas que amortecem os choques. Existem vários tipos de choques: reformas, choques agregados, choques regionais, choques idiossincráticos. E aí, eu queria chamar a atenção para o seguinte: se a gente olhar para os dados brasileiros recentes, a gente sabe que 98 foi um ano de seca grande aqui na Região, e quando a gente compara, por exemplo, a taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* entre macrorregiões brasileiras, a gente vai ver que o Nordeste teve um grande aumento de renda no período de crises. Não só de crises externas (esse período capta a crise asiática

e uma parte da crise russa), como aumento de desemprego, com taxas de juros altas, com todos aqueles problemas macro que acontecem aqui e a gente conhece bem. E a gente vê que nesse período a taxa de crescimento acumulado do Nordeste foi 5%, apesar de ter havido uma seca de grandes proporções. Esse é um resultado que merece uma análise.

A meu ver, pouco tem sido feito sobre políticas compensatórias emergenciais no Brasil, e mesmo quando se fez alguma coisa sobre isso não se sabe o que realmente aconteceu. Acho que esse constitui excelente estudo de caso. É importante se debruçar sobre isso, para tentar replicar esse tipo de política, corrigir os defeitos e aprimorar as qualidades, no futuro. Mas vou deixar isso como uma questão de pesquisa aberta: tentar explicar qual é o impacto das frentes de trabalho contra a seca (os dados a que eu tive acesso abarcaram quase um milhão de pessoas que foram envolvidas nesse programa) e tentar avaliar a efetividade dessa política como combate à pobreza. Então, para terminar, essa é a idéia fundamental: o combate à pobreza seria a melhor política de desenvolvimento nacional, e isso é especialmente forte no caso do Nordeste.

Mestre de Cerimônia

Com a permissão do presidente da mesa, Adriano Sarquis, vamos aos debates referentes a este painel sobre o Papel do Nordeste na Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Manteremos os debates dentro da mesma sistemática que vem sendo conduzida desde a manhã de hoje. Vamos chamar os amigos de São Luís do Maranhão, para que eles formulem sua pergunta a esta mesa. Boa tarde, São Luís.

Guido Carneiro, Gerente da Agência Metro do Banco do Nordeste em Teresina

Boa tarde. Nossa pergunta é da Adriana Moraes, da Universidade Federal do Maranhão, e da Aline Soares, da Universidade Estadual do Maranhão. Ela é dirigida ao Dr. Werner Baer: “Dr. Werner, um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento regional é a participação e o engajamento dos diferentes setores da sociedade na estratégia nacional de desenvolvimento. Dessa forma, como as universidades, especialmente as localizadas no Nordeste, como órgãos integrantes da organização pública, poderiam contribuir para ajudar o governo a corrigir as desigualdades regionais?”

Werner Baer

É uma boa pergunta, mas muito difícil de responder. Acho que é papel das universidades questionar, digamos, a política oficial que vem de vários órgãos governamentais. Acho que há toda uma burocracia que vocês têm no Governo Federal, nos governos estaduais, nas organizações regionais, que têm uma certa estratégia, uma certa visão do desenvolvimento, que não é, necessariamente, uma estratégia certa. Mas, dentro da burocracia, há poucas pessoas que vão fazer uma crítica à política oficial. Então, acho que é muito importante para os universitários levantar questões, mesmo questões não confortáveis, sobre a estratégia de desenvolvimento que está sendo seguida pelo governo. Acho que isso é um papel fundamental das universidades.

Naturalmente, pode-se dizer que mesmo os universitários dependem, muitas vezes, das benesses do governo para obter recursos para pesquisa. Mas, de certa maneira, eles estão mais independentes para questionar, digamos, a política oficial. Então, acho que isso seria um papel importante das universidades.

Outro papel importante das universidades talvez seja fazer mais estudos de casos. Vocês têm os dados oficiais que vêm da PNAD, que vêm do IBGE, etc. A pergunta é: até que ponto esses dados são razoáveis? Até que ponto há um viés, digamos, no tipo de levantamento que está sendo feito? Mais uma vez, eu acho que é papel das universidades, talvez, questionar, tomar uma atitude crítica à política oficial.

Marcelo Neri

Sobre essa questão de debate social, acho que hoje tem uma possibilidade, que é a seguinte: os dados da PNAD são dados oficiais gerados e hoje em dia qualquer pessoa pode processar uma PNAD na sua casa ou na universidade. Acho que essa é uma abertura que aconteceu no Brasil há quatro anos. Não sei se nosso colega argentino está aqui, mas estive na Argentina recentemente e eles, por exemplo, não têm esse privilégio. Na verdade, não é um privilégio, é um direito da sociedade olhar para si próprio com sua própria lente. E acho que isso é um avanço muito importante. Ou seja, cada um pode gerar as pesquisas, os indicadores sociais ou de outra natureza de forma independente. Você não precisa ficar dependendo do corte dado pelo IBGE ou do dado oficial divulgado pelo governo. Acho que esse é um avanço muito importante.

Werner Baer

Mas talvez as universidades também pudessem fazer uma contribuição no questionário que está sendo aplicado.

Marcelo Neri

Claro, na metodologia.

Mestre de Cerimônia

Vamos mais uma vez à capital pernambucana. Boa tarde Recife, apresente-se com sua pergunta.

Brandão Farias, superintendente regional do Banco do Nordeste

Boa tarde. A pergunta é feita pelo Dr. Antônio Cerqueira, da Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco, e é dirigida a qualquer membro da mesa que se disponha a analisar a questão. A educação foi vista pela mesa como consenso, na reestruturação econômica e social da região Nordeste. Porém, a formação de capital humano com nível de escolaridade é lenta, dependendo de várias décadas para que seus efeitos sejam sentidos. Como agir no curto prazo numa região que apresenta os piores índices de desenvolvimento humano, êxodo rural, carência de investimentos estruturadores, desemprego, prostituição e baixa escolaridade?

Marcelo Neri

Deixa eu tentar. É uma pergunta muito ampla. Acho que educação, na verdade, é uma política que só vai afetar o Brasil no longo prazo, é uma política que demora a

maturar e, por isso mesmo, acho que a gente deve começar o quanto antes. Mas existem programas como a bolsa-escola, que junta o aspecto estrutural, que só vai surtir efeito daqui a alguns anos, com aspectos compensatórios. Você dá uma renda para a criança se ela frequenta a escola. Então, de alguma forma você consegue ter velocidade e dando os incentivos corretos para que, no longo prazo, o País saia da armadilha de pobreza. Então, mais uma vez puxando a sardinha para o lado da educação, acho que tem políticas compensatórias; e, na verdade, a gente nem precisa ser muito engenhoso, acho que fazer o feijão com arroz bem feito (o próprio Fundef, por exemplo) é fundamental.

Agora, sobre essa idéia de que políticas estruturais vão demorar muito tempo para surtir efeito, não acho que necessariamente tenha que ser assim. Por exemplo, políticas de regularização fundiária, principalmente as urbanas, são uma transferência de ativos que você dá aos agentes e pode ser feita de uma maneira muito rápida, como tem sido feita em várias localidades do País. Então, acho que existe um leque amplo de políticas e acho que essa impaciência é plenamente justificada – a gente quer que o combate à pobreza seja rápido – mas é importante que ele seja, acima de tudo, duradouro, porque o Brasil faz um grande esforço na área social e, como eu disse antes, o receio é que esse esforço seja um esforço de efeitos fugazes.

Werner Bazer

Quero só chamar a atenção para um aspecto. Quando se fala de capital humano, é importante não somente examinar os gastos em educação e quantos alunos estão nas escolas, mas também o conteúdo do que está sendo ensinado; acho que a qualidade do conteúdo, a relevância, digamos, para o mundo moderno, do que está sendo ensinado, também é muito importante.

Gostaria também de chamar a atenção para uma crítica que sempre faço, não somente com relação ao Brasil mas à América Latina de modo geral, é que uma boa educação secundária é privada; e os “filhos de papai”, que têm o privilégio de fazer um bom vestibular, entram nas universidades públicas e não pagam nada. Acho que isso é uma distorção terrível. E cada vez que se menciona que eles deveriam pagar uma anuidade, para diminuir os gastos na educação superior e aumentar os gastos na educação secundária e primária, os estudantes ameaçam uma greve. Para mim é uma coisa incompreensível. No meu Estado, na minha universidade, que é uma universidade pública, os alunos pagam anuidade. Os pobres, se podem provar que não têm os recursos, recebem uma bolsa. Então eu acho que se precisa mudar um pouco a mentalidade de como financiar a educação pública e a educação nos vários níveis.

Mestre de Cerimônia

O Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento vai mais uma vez a Maceió, Alagoas. Vamos ouvir a pergunta do companheiro de Maceió.

De Maceió

A pergunta é do Gilson Mendes Feitosa, do Banco do Nordeste, vai para o Dr. Simão Siuber. “O professor Simão, na sua contribuição inteligente para o debate, vislumbrou cenários para o Brasil, realçando, inclusive, os reajustes dos últimos 18 meses, mas demonstrando certo ceticismo. E temos um quadro atual com inflação decrescente, desemprego mais ou menos estabilizado, queda nas taxas de juros (nas duas últimas o Banco Central surpreendeu o mercado), inexistência de tendência de

elevação de juros pelo FED americano e nenhuma turbulência à vista. Por que não poderíamos concretamente traçar cenários otimistas, com um pouco mais de convicção?

Simão Siuber

Acho que a resposta é muito simples. Se nós olharmos nos anos 90, tirando o período de crise – que é quando a turbulência asiática e russa chega ao Brasil e a taxa de crescimento diminui dramaticamente –, o País, que vinha crescendo 1,5 ou 1,6% ao ano, consegue crescer numa média de 4% ao ano, que é um crescimento modesto, vamos dizer assim, frente às possibilidades de crescimento que a economia brasileira poderia atingir caso fizesse algumas reformas mais profundas. Então, vamos dizer, o ceticismo é que no *status quo*, dando as notícias boas domésticas e internacionais que você acabou de resenhar, o Brasil cresce a 4% ao ano; se crescer a 4% ao ano nos próximos dois anos, nós vamos bater numa restrição de infra-estrutura na área energética, por exemplo. Então, nós temos que fazer muita coisa ainda.

Acho que o cenário mudou muito. Eu poderia fazer a seguinte analogia: o Brasil ficou na beira do precipício, no finalzinho de 98, comezinho de 99, nós quase declaramos moratória na dívida interna e externa, e hoje nós estamos longe disso; mas também estamos ainda muito longe de uma trajetória de crescimento sustentado, com ganhos de produtividade acentuados. Acho que ainda falta muita coisa para isso. Nós avançamos muito em uma década; há dez anos, falava-se que o Brasil, por restrições políticas, não faria nenhuma reforma, e ele já fez várias. Mas eu diria que um grande choque de credibilidade no Brasil viria, sem dúvida alguma, com uma reforma tributária que reduzisse dramaticamente a complicação de produzir no Brasil. Quem tem que produzir no Brasil tem que se preocupar com a produção; e quem for consumir, quem tiver propriedade, quem tiver renda, que vá pagar imposto. Produtor não tem que carregar nas costas uma carga tributária elevada, e acho que esse choque ainda está faltando. Pelo menos esse.

Mestre de Cerimônia

Vamos mais uma vez à Superintendência de Salvador. Salvador, apresente sua pergunta.

Wilson dos Santos, superintendente regional do Banco do Nordeste

A pergunta é para o professor Werner Baer. É do Fábio Silva, para o Professor Werner Baer “Gostaria de elogiar suas colocações e salientar que a vinda das empresas de calçados para o Nordeste não só está ligada à mão-de-obra barata como também ao término dos contratos de isenções dessas empresas no Sul e no Sudeste, isenções essas que estão sendo encontradas na Bahia graças à nossa forte atuação política. Será que não está na hora de a bancada do Nordeste se reunir e atrair essas empresas que vão ficar sem isenção, ou será que essas isenções a essas empresas significariam empobrecer mais ainda a nossa Região? E gostaria também de acrescentar o pólo de informática existente aqui na Bahia como atividade importante para a Região.

Werner Baer

Acho que, naturalmente, há um limite ao uso dos incentivos fiscais. Mas o que estou dizendo é que se vocês querem participar, digamos, no grande aumento da capacidade produtiva que está sendo gerado hoje em dia pelos investimentos estrangeiros diretos, vocês têm que utilizar vários processos políticos para forçar a localização de uma parte desses investimentos na região do Nordeste. E dessa maneira você pode criticar a atuação da Bahia, dizer que não foi eficiente – ninguém sabe calcular quantos incentivos vocês deram à Ford –, mas a longo prazo a localização da Ford e de várias indústrias fornecedoras vai aumentar a capacidade produtiva e a produtividade do povo da Bahia. Da mesma maneira, acho que isso é uma coisa que vale a pena usar como modelo para outras partes do Nordeste.

Eu não estou a favor da guerra fiscal, mas algum tipo de jogo político é necessário. Meu exemplo sempre é o Sul dos Estados Unidos. O Sul dos Estados Unidos, que se industrializou utilizando não o mercado mas utilizando política, a ação dos políticos. Dessa maneira, embora globalmente os economistas do Sul possam dizer que essa política não é eficiente, estou aplaudindo o esforço que se está fazendo e que se pode fazer para atrair recursos para o Nordeste, apesar das forças do mercado.

Mestre de Cerimônia

Temos agora duas perguntas para o nosso auditório. Nossas recepcionistas estão com os microfones.

Do auditório

É mais um comentário do que uma pergunta, dado que eu e o Werner discordamos radicalmente do tipo de políticas. Acho que nem tudo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Posso dar vários exemplos, passando pelos mais triviais, como execução de pessoas sem direito a defesa no governo do Texas. Mas o caso da Boeing e o caso da Embraer são diferentes no sentido que talvez os Estados Unidos sejam um país mais rico, que tem recursos para perder. O Brasil não tem tantos recursos para perder. Uma boa estimativa do tamanho do subsídio que foi dado para a Embraer é a quantidade de recursos que o Brasil está disposto a pagar na OMC, de compensação para o Canadá: 400 milhões de dólares. Isso deve ser, por baixo, o subsídio que foi dado para a Embraer. Ao custo atual, 400 milhões de dólares dão para alfabetizar 2 milhões de pessoas no Brasil. Então, cada vez que eu vejo um avião da Embraer, vejo os 40 mil analfabetos que ficaram de lado. Ao contrário de todos os brasileiros, eu não me orgulho da Embraer; tenho uma certa vergonha, porque você está transferindo uma quantidade brutal de recursos para uma empresa privada, cujo dono é um dos caras mais ricos do Brasil, que é o Jorge Paulo Lemos, dono do Garantia, e ele tem muito dinheiro, ele não precisa de mais dinheiro público, em detrimento de programas sociais, que têm um impacto muito maior.

Então, a questão não é se você vai ter jogo político ou se você vai gastar dinheiro para trazer empresas; a questão é que os recursos são escassos. Cada real que você gasta com esse tipo de incentivo você está tirando de um programa social. Acho que o impacto, tanto da Ford quanto da Embraer, na qualidade de vida da população, é muito pequeno. Você mesmo falou: não se sabe muito bem quanto de recursos foi dado para a Ford na Bahia. Para a Embraer, esses 400 milhões nos dão mais ou menos uma idéia da ordem de grandeza dos recursos; esses recursos são muito grandes e o Brasil é um país muito pobre. Você podia pegar esses 400 milhões que foram para a Embraer e gastar em

programas de combate à pobreza no Nordeste; o impacto ia ser muito mais significativo do que a gente ficar orgulhoso porque o maior exportador brasileiro é um exportador de avião. Se tirar o subsídio, ele não consegue mais exportar. Então, se os Estados Unidos fazem isso com a Boeing, não necessariamente a gente tem que fazer, porque os recursos no Brasil são muito mais escassos do que os recursos americanos.

Werner Baer

Primeiro, eu tenho que fazer um cálculo, mas eu acho que não há dúvida de que hoje em dia a Embraer é a maior empresa que ganha divisas para o País. Você pode dizer que ela gasta divisas também. Ainda não fiz o cálculo. Mas, do ponto de vista de ganhador de divisas, é uma contribuição. A segunda contribuição é o fato de que a Embraer está empregando muitos engenheiros de ponta, que a longo prazo vão construir, digamos, a capacidade de exportar tecnologia – essa é uma coisa que o Brasil deveria apoiar.

Do outro ponto de vista, os incentivos para a Ford e os incentivos, digamos, para a indústria de calçados no Nordeste, acho que é uma coisa desenvolvimentista. O grande problema em economia é a diferença entre as pessoas que têm a visão, digamos, de eficiência a curto prazo, da maior eficiência da utilização de recursos que existe agora, e o desenvolvimentista que quer mudar a qualidade do povo, que quer a qualidade do fator de produção. Dessa maneira, desse a história antiga, os alemães estavam criticando os ingleses com a teoria das vantagens comparativas, porque o F. Lutz, o grande economista alemão, queria mudar a sociedade alemã, de uma sociedade rural atrasada para uma sociedade moderna, que poderia concorrer com a Inglaterra; e eles conseguiram. Então, dessa maneira, acho que existem as duas visões. Você tem a visão muito boa, técnica, mas acho de muito curto prazo. Eu tenho uma visão mais desenvolvimentista, de mudar a realidade do Brasil e do Nordeste, de mudar a qualidade do povo, digamos, dos fatores de produção. Mas acho que podemos argumentar ainda durante muitos anos.

Mestre de Cerimônia

Vamos à segunda e última pergunta.

Marcelo Gaspar Thiers

Trabalho no Instituto de Pesquisa e Informação do Estado do Ceará e sou estudante da Universidade Federal do Ceará. O Dr. Marcelo Neri sintetizou, no final do comentário dele, o que muitos expositores falaram desde ontem, que é: se for feito o feijão com arroz na educação, isso já vai ser grande coisa. Eu queria ouvir um comentário dele sobre o seguinte questionamento: qual a educação que a gente quer para o povo cearense? Eu acredito, pelo pouco conhecimento que tenho, que muitos estudantes terminam o segundo grau e, se forem jogados no mercado de trabalho, não sabem fazer nada, mas sabem tudo de História, Geografia, Português. Eu queria saber se, paralelamente a esse conhecimento, não seria interessante haver nas escolas um trabalho de capacitação. E complementando, também, já que o professor Werner enfatizou muito a presença do Estado na economia, indago se não seria interessante começar um trabalho de longo prazo para implantar uma cultura política e econômica no povo cearense, já que é a pobreza, que é a grande maioria, que elege os políticos que vão interferir na economia do Estado. E para finalizar, como estudante da UFC, uma

universidade federal que não é paga, eu queria só fazer um comentário para o professor Werner: a questão de pagar uma universidade, por mínima que seja a taxa, tem um problema anterior que dificulta isso, que é justamente o gerenciamento da arrecadação dos tributos. O problema não seria pagar uma taxa mínima para investir no ensino médio ou primário; mas seria a dificuldade de alguém aceitar um novo tributo, considerando que a carga tributária já é pesada, tanto no Ceará como no Brasil, e é mal gerenciada pelo governo, e isso favorece muito a sonegação e dificulta a aceitação de um novo tributo.

Marcelo Neri

Sua pergunta é muito boa, porque acho que a maior parte dos brasileiros não tem idéia de quão importante é um investimento em educação. Investimento não no sentido de retorno social, mas do próprio retorno privado; e principalmente em educação superior. Aquele número que mostrei antes, de retorno de 15% por ano para a educação no Brasil, é um dado que se mantém e que é válido para as várias regiões. Só que esses 15% são uma média. Se você passa de zero para quatro anos de estudo, o retorno é 8% ao ano. Vamos supor, você é analfabeto, tem um salário de 100, com mais um ano de estudo você passa para 108. Isso é uma média; há pessoas que vão ter mais e outras que vão ter menos, mas isso é um resultado em que confio muito, porque já vi isso em vários estudos, várias vezes. Mas se você acumula, se você pega a taxa de retorno da entrada até o final da universidade, o retorno é de 21% ao ano, e esse é um resultado super robusto.

Acho que os brasileiros não têm muita idéia desse poder da educação. É claro que existem outras coisas importantes, mas se você for explicar o diferencial de salários no Brasil, educação explica de 40 a 45%; é, disparado, o maior determinante que a gente consegue utilizar ou a maior variável observável para explicar diferenças de salário. Então, educação explica, primeiro, salário, de uma maneira muito forte; e explica também ocupação: a taxa de ocupação de uma pessoa analfabeta é 40%; de uma pessoa com universidade é 85%. Obviamente que você pode questionar sobre os 15% que estão faltando. Tudo bem, tem 15% que estão faltando, e esse problema ficou mais sério nos últimos anos. Mas, conversando com as pessoas em geral, acho que elas não sabem da importância do investimento em educação para o seu próprio futuro. É 21% ao ano. É maior que a taxa de juros brasileira. É um investimento fantástico.

Mas, tem um problema com a educação, que é o seguinte: para você chegar na educação especializada, na educação técnica, você tem que começar lá de baixo. Se você pega Estados em que o nível de educação é baixo, você não pode querer investir muito lá em cima, se você não tem uma massa crítica. Você tem que fazer uma onda, a começar pelo ensino básico (acredito que essa onda está ocorrendo no Brasil), depois ensino médio e ensino superior. E concordo com sua idéia de que é importante investir também em ensino técnico.

Mas a mensagem fundamental é que investimento em educação é o principal. Ou seja, eu concordo totalmente com o “educação ao cubo”, que o Simão falou. Acho que é realmente o elemento fundamental; e a taxa de retorno em educação no Brasil é maior que em outras partes do mundo. Sei que muitas vezes, no dia a dia, um pouco a partir da experiência casual, a gente não fica com essa impressão muito clara. Mas se você olhar para os dados – e esses dados são confiáveis, são milhares de pessoas entrevistadas, etc., não tem muito problema de mensuração –, educação realmente é um grande investimento; e, pelo menos, é a base: você pode fazer várias outras coisas mas se não tiver a educação você consegue fazer poucas coisas mais sofisticadas.

Adriano Sarquis

Agradecendo a participação dos três conferencistas, damos por encerrado este painel.